

A (não) presença da literatura de *autoria feminina nos livros* *didáticos de ensino médio*

Ana Cristina Steffen¹⁰²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar de que forma a literatura de autoria feminina é abordada nos livros didáticos do componente curricular “Português” – que abrangem também o estudo da literatura - do Ensino Médio, em específico nos livros das três coleções mais distribuídas no país do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015. Visando contextualizar essa análise, foi feita uma pesquisa de caráter bibliográfico sobre a mulher enquanto escritora, sobre a presença da autoria feminina na história da literatura brasileira e por fim sobre a crítica feminista. A hipótese desta pesquisa é a de que o fenômeno - amplamente estudado - do apagamento da literatura produzida por mulheres da história literária brasileira manifesta-se atualmente, de maneiras diversas. Uma delas seria o pouco espaço reservado à escrita feminina dentro da história literária traçada nos livros didáticos. A hipótese confirma-se ao fim da análise, visto que apenas um ínfimo número de escritoras recebeu, nos livros analisados, algum tipo de estudo que ultrapassasse a simples menção de seu nome.

Palavras-chave

Autoria feminina. Livro didático. Crítica feminista. História da literatura brasileira.

¹⁰² Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e respectivas Literaturas pela PUCRS (2017) de Porto Alegre-RS. Atualmente, aluna do mestrado em Teoria da Literatura pela mesma universidade, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1 Introdução

Desde mais ou menos os 10 anos de idade, a leitura literária sempre foi uma constante nos meus dias. Porém, somente bem mais tarde, durante a graduação no curso de Letras, percebi que um número pequeno das obras lidas por mim até então era de autoria feminina. Tal constatação me causou grande surpresa, visto que, além de ávida leitora, também muito me interessavam as causas feministas e pautas relacionadas às mulheres e suas produções artísticas. Como apontado em pesquisa recente¹⁰³, escritoras mulheres ainda hoje são minoria publicada no Brasil. Além disso, é fato que o cânone literário é composto majoritariamente por escritores homens. É fato também que na história da literatura brasileira há o apagamento das obras de autoria feminina. Porém, conforme investigação por mim realizada, são raros os estudos que analisem se, em materiais didáticos, a negligência à literatura escrita por mulheres se faz presente. Em tempos de frutíferos debates no país sobre o feminismo e sobre as bases curriculares da educação básica, é urgente trazer esse tópico à tona.

Considerando essas questões, este trabalho traz uma proposta de pesquisa e estudo sobre a presença da literatura de autoria feminina nos livros didáticos. O objetivo central é analisar de que forma essa produção é abordada nas obras, em específico nos livros das três coleções mais distribuídas no país do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015¹⁰⁴, referente ao componente curricular “Português” do Ensino Médio. Optou-se por analisar os livros de nível médio pois é neles que acontece de fato o estudo da literatura, bem como o de sua história. É também nesse nível que os alunos iniciam seu contato de forma mais intensa com a história da literatura e com as chamadas obras canônicas, constituindo, então, um período importante para a formação do indivíduo como leitor. Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a mulher enquanto escritora, sobre a presença da autoria feminina na história da literatura brasileira e, por fim, sobre a crítica feminista. As referências adotadas apresentarão, em parte, essas questões além das fronteiras do Brasil. Porém, o foco será direcionado para a realidade brasileira. Essas questões contextualizarão a análise dos livros escolhidos, observando quais são as autoras presentes e de que forma são colocadas.

¹⁰³Segundo a pesquisa *Um Território Contestado: Literatura Brasileira Contemporânea e as Novas Vozes Sociais*, de Regina Dalcastagnè (2012), de todos os romances publicados entre 1990 e 2004 pelas editoras brasileiras de maior importância, 72,7% dos autores eram homens (120 em 165 obras).

¹⁰⁴Esta pesquisa, realizada durante o ano de 2016, utilizou os dados do até então mais recente Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, que se referia ao ano de 2015. Até o presente momento não há informações divulgadas sobre as coleções mais distribuídas do novo PNLD, que data de 2018.

Há diversos estudos que tratam do apagamento da literatura produzida por mulheres da história literária do país, e a hipótese deste trabalho é a de que tal fenômeno manifesta-se ainda nos dias atuais, de diferentes formas. Uma delas seria o tratamento omissivo dado a tal literatura nos livros didáticos de Língua Portuguesa e Literatura, seja pela baixa frequência de textos literários escritos por mulheres, ou pela presença pouco significativa de autoras dentro da história literária traçada nessas obras.

2 A mulher escritora

Até o começo do século XIX, não havia no Brasil escolas públicas que pudessem ser frequentadas por mulheres. Apenas em 1827 surge a primeira legislação que autorizava a abertura de instituições femininas. Antes disso, existiam apenas alguns conventos ou ensino particular. E foram as poucas mulheres com acesso privilegiado à educação que enfrentaram a corrente dos que defendiam a leitura e a escrita como não necessárias ao sexo feminino (DUARTE, 2003). Muzart (2011) aponta que a vivência da literatura no século XIX era uma importante fonte de lazer e cultura para as classes altas, privilegiadas. As mulheres dessas classes, como leitoras, ouvintes, nos salões e nos teatros, não eram excluídas. Porém, não participavam como produtoras de literatura, por preconceito, pelos limites do papel que deveriam desempenhar na sociedade, ou ainda por motivos religiosos. Também Muzart (2000), em *Escritoras Brasileiras No Século XIX*, afirma que, mesmo de uma forma incipiente, a literatura feminina no Brasil sempre esteve ligada ao feminismo, por constituir uma das formas de reivindicar um espaço que, originalmente, não era da e para a mulher. Isso porque, segundo a autora, as mulheres que tentavam viver da escrita nesse período demonstravam uma cabeça pensante e subversiva - somente pelo fato de desejarem sair do ambiente doméstico, que lhes era designado.

Ainda sobre a mesma questão, conforme Freitas (2010), a escrita seria também uma forma da mulher de sair da clausura, de adentrar território libertário - e ao mesmo tempo clandestino - das palavras. A mulher, apesar de ser personagem principal na literatura do século XIX, não tinha voz. Escrevia-se sobre sua vida e suas ações - de forma idealizada - e de uma perspectiva unicamente masculina e muitas vezes equivocada. E muito das primeiras produções literárias femininas acabava por reproduzir esse discurso e/ou personagens. De acordo com Silva (2009), a presença feminina na vida pública acontece de fato somente no século XX. Isso porque, apesar da abertura de escolas para meninas datar do século XIX, no Brasil até 1916 as mulheres eram consideradas pelo Código Civil como “menores perpétuos

sob Lei”, ou seja, submissas à vontade do marido, pai ou irmãos. A inserção na vida pública, ainda que tardia, é reflexo dos movimentos de mulheres iniciados em nosso país - e em alguns outros da América Latina na mesma época – após as já mencionadas reivindicações iniciadas no século anterior. Com a maior presença em sociedade, aumenta também o número de publicações de autoria feminina em jornais e revistas, que traziam ensaios, crônicas, poemas, dentre outros. Muito dessa produção literária feminina, no entanto, não resistiu ao tempo em nossa história literária. Apenas recentemente iniciou-se um trabalho de resgate de autoras apagadas de nossa historiografia, bem como o questionamento dos critérios de valor de inclusão/exclusão no cânone, conforme será visto a seguir.

2.1 O apagamento da autoria feminina da história da literatura

Apesar da incipiente educação formal dispensada às mulheres até o início do século XX, a literatura produzida por essas se faz presente no Brasil desde o período colonial. É o que aponta Batista (2011) em seu artigo *A Produção Literária Feminina Brasileira nos Séculos XVII e XVIII*. A autora cita nomes como Ângela do Amaral Rangel, Maria Josefa Barreto e Beatriz Francisca de Assis Brandão, exemplos de escritoras que foram marginalizadas e/ou excluídas da historiografia oficial. Vinculado a isso, Batista estabelece uma importante relação com a educação básica:

A respeito da produção feminina na Literatura Brasileira, no Período Colonial, nada se tem encontrado nos livros didáticos utilizados no Ensino Médio. Isso se deve não porque não haja uma produção literária feminina nesse momento histórico, mas porque o cânone não as privilegiou, criando, assim, a falsa ideia de que a cultura só era realizada por homens. A lacuna literária que tal atitude provocou precisa ser preenchida de alguma forma. É inaceitável que, em pleno século XXI, nossos alunos saiam da Educação Básica sem o conhecimento dessas que contribuíram para a construção artística e cultural de nossa nação, seja no Período Colonial, seja nas épocas subsequentes (BATISTA, 2012, p. 804).

O ensino, cabe ressaltar, desempenha papel de suma importância na afirmação de determinada cultura e/ou obra, pois determina o que é digno de ser transmitido aos indivíduos em formação. Acerca disso, Bourdieu declara:

[...] o sistema de ensino cumpre inevitavelmente uma função de legitimação cultural ao converter em cultura legítima, exclusivamente através do efeito de dissimulação, o arbitrário cultural que uma formação social apresenta pelo mero fato de existir e, de modo mais preciso, ao reproduzir, pela delimitação do que merece ser transmitido e adquirido e do que não merece, a distinção entre as obras legítimas e ilegítimas e, ao mesmo tempo, entre a maneira legítima e ilegítima de abordar as obras legítimas (BOURDIEU, 2007, p. 120).

Além das autoras mencionadas por Batista, é indispensável citar Teresa Margarida da Silva e Orta. Escritora do século XVIII, Orta é autora das *Aventuras de Diófnes*, que data de 1752. Nascida no Brasil, mudou-se aos cinco anos de idade para Portugal e, ainda assim, sua obra é considerada por muitos como o primeiro romance da literatura brasileira. Independentemente de se concordar ou discordar dessa afirmação, fato indiscutível é a ausência da autora na parte mais significativa de nossa historiografia literária (SCHMIDT, 1995). Já na visão de Xavier (2002), Maria Firmina dos Reis (1825 – 1917) é a primeira romancista brasileira, autora também do primeiro romance abolicionista do país: *Úrsula* (1859). Cabe aqui uma nota biográfica: além de mulher, Reis era negra e filha “bastarda”. Tais fatos por si só contribuiriam para a marginalização de qualquer indivíduo na época e certamente contribuíram para a ausência da autora em nossa historiografia (CORREIA, 2013). Reis é uma das escritoras esquecidas para as quais, hoje, é feito o trabalho de resgate e análise de sua obra. A autora, porém, é uma exceção à regra: a maior parte da produção literária feminina recuperada atualmente “está numa estrutura de classe social e raça bem definida uma vez que as escritoras eram, via de regra, provenientes da classe média” (SCHMIDT, 2002, p. 114) e, obviamente, brancas.

Atualmente, contudo, são as autoras Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Francisca Júlia (1871-1920) aquelas consideradas como marcos no que diz respeito à produção literária feminina no Brasil; é com elas que se inicia a tradição da escrita de mulheres. Porém, a escrita dessas autoras era vista pela crítica como um *hobby*, e não uma atividade séria e respeitada como a produção literária masculina (SILVA, 2009). Apenas recentemente teve início um esforço no sentido do resgate dessas obras, principalmente em relação à Júlia Lopes de Almeida, à qual estudos e pesquisas têm sido dedicados. Almeida, injustamente esquecida, foi depois de Machado de Assis, o escritor brasileiro mais importante no final século XIX (MUZART, 2011).

Novamente sobre Júlia Lopes de Almeida, é necessário recuperar o fato de que a autora integra o grupo de intelectuais responsável pela criação da Academia Brasileira de Letras (ABL). O marido da escritora foi um dos fundadores e ocupante da cadeira de número três da instituição. Almeida, todavia, teve seu ingresso na ABL impedido, pelo simples fato de ser mulher (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, [2007?]). Apenas em 1977 a primeira mulher ingressa na ABL: Rachel de Queiroz. A autora, apesar de nunca ter admitido a legitimidade do movimento feminista, construiu personagens femininas com traços de emancipação, raras para a época (DUARTE, 2003). A entrada de Rachel de Queiroz na ABL, dentre outros fatos diversos – muitos anteriores a esse, inclusive - permite afirmar que a

literatura escrita por mulheres começou a ser reconhecida no Brasil apenas no século XX. As escritoras de períodos precedentes, principalmente aquelas do século XIX, foram excluídas do cânone literário, forjado somente pela crítica e pela historiografia masculinas (MUZART, 2000).

Conforme Schmidt (2008), nas obras de cunho historiográfico e crítico da literatura brasileira há o silenciamento em torno da literatura escrita por mulheres no século XIX. Tal questão é mais crítica quando se considera que essas obras exerceram papel fundamental na construção do cânone nacional que confere, ou não, um estatuto prestigiado em nossa literatura. Além disso, é esse cânone o responsável por fixar “as fronteiras de um campo de identidade e de valor concebido como parte substancial da memória cultural da nação” (SCHMIDT, 2008, p. 132). Também sobre isso, Schmidt, em estudo de 2002, afirma que o questionamento do modelo atual de história literária

[...] implica uma revisão dos discursos críticos e seus pressupostos valorativos, já que são eles responsáveis, em última análise, pela manutenção de uma certa definição de literatura que garante a legitimidade de certas obras, não por coincidência as de autoria masculina (SCHMIDT, 2002, p. 110).

Duarte (1987) afirma que a reflexão proposta pelos trabalhos envolvendo literatura e mulher se faz necessária, uma vez que tais questões são consideradas pertinentes para compreender e modificar a condição feminina. Acerca do apagamento das obras de autoria feminina, a autora ainda levanta importantes questionamentos:

Se passarmos os olhos nas antologias mais clássicas de nossa literatura e não vemos escritoras, isto apenas significa que elas nunca existiram? Se existiram algumas, sua produção foi sempre inferior à dos escritores contemporâneos para justificar sua não-inclusão nessas antologias e maiorias dos manuais de literatura? (DUARTE, 1987, p. 16).

Conforme será visto mais adiante neste trabalho, é fato que a maior parte das escritoras estudadas nos livros didáticos está situada no século XX. Para Silva (2009), a década de 1930 é apontada como um período em que a produção de autoria feminina encontra-se em um estágio de maturidade,

[...] tanto pela qualidade dessa produção quanto pelo número de mulheres que atuam como escritoras. Desse período fazem parte as poetisas Cecília Meireles, Henriqueta Lisboa, bem como as prosadoras Patrícia Galvão (Pagu) e Raquel de Queiroz, entre outras. No âmbito da crítica literária, porém, nota-se ainda uma certa lacuna, com exceção de Lúcia Miguel Pereira que, além de se dedicar à prosa literária, também exerce notavelmente a atividade de ensaísta (SILVA, 2009, p. 45).

Por outro lado, Xavier (2002) defende que é somente em 1960, com a publicação de *Laços de Família*, de Clarice Lispector, que são postas em questão as relações de gênero.

Segundo a autora, foi Lispector quem rompeu com a reduplicação de padrões éticos e estéticos da, até então, literatura construída em alicerces patriarcais. A pesquisadora portuguesa Gândara (2002) também é categórica ao afirmar que é a partir dos anos 60 que o Brasil começa a contar com inúmeras escritoras de grande qualidade. Dentre estas, são citadas Núbia Marques, Rachel Jardim, Lupe Garaude, Myriam Fraga, Heloísa Maranhão e Edla von Steen. Para Muzart (2011), também a questão do valor estético deve ser observada apenas a partir do século XX. Segundo a autora, as narrativas escritas por mulheres no século XIX devem obrigatoriamente ser pensadas considerando-se a educação feminina dessa época, as leituras cerceadas por moral e religião e a vida restrita ao ambiente doméstico. Pois, “Se estudadas conferindo-se o valor estético, esses romances pioneiros serão condenados ao ostracismo” (MUZART, 2011, p. 19). Já para Duarte (1987), essas obras interessam por permitir novos estudos e conseqüentemente novas conclusões a respeito da tradição literária feminina. Segundo a autora, um determinado texto não vai deixar de ser medíocre somente por ter sido escrito por uma mulher; ao mesmo tempo, não se vai rotulá-lo antecipadamente de medíocre “porque alguém, sabe-se lá em que circunstâncias, assim o considerou” (DUARTE, 1987, p. 21). Além disso, podemos ainda apontar a consideração de Schmidt (1995) de que, até a década de 1970, somente as escritoras Rachel de Queiroz, Clarice Lispector e Cecília Meireles tinham recebido o devido reconhecimento da crítica.

É importante observar que o apagamento da escrita de mulheres da história literária não é fenômeno exclusivo do Brasil. A pesquisadora holandesa Ria Lemaire, abordando de forma universal a literatura do Ocidente, em seu artigo *Repensando a História Literária*, afirma que “as mulheres, mesmo que tenham [...] escrito brilhantemente, foram eliminadas ou apresentadas como casos excepcionais, mostrando que, em assuntos de homem, não há espaço para mulheres ‘normais’” (LEMAIRE, 1994, p. 59). Ainda no mesmo texto, a autora declara que a historiografia literária cria a ilusão de uma só história e de uma única tradição. Ilusão essa que seria reforçada a cada nova publicação de uma obra da história da literatura. Segundo Lemaire,

[...] a política da edição do texto único, verdadeiro e autêntico, é uma parte essencial dessa tendência de definição da paternidade cultural. Por este motivo ainda, muitos textos medíocres foram incluídos no cânone e usados na consolidação do mito da continuidade e unidade de uma tradição masculina que dataria dos tempos de Homero. Por esta mesma razão, as literaturas não-ocidentais, assim como a contribuição feminina, foram, até muito recentemente, excluídas do cânone e das discussões acadêmicas. A história literária tem sido – com pequenas exceções – fundamentalmente etnocêntrica e viricêntrica (LEMAIRE, 1994, p. 60).

A crítica feminista, de acordo com o tópico tratado a seguir, é quem se encarrega, tanto no Brasil quanto em outros países, do resgate das escritoras ausentes das histórias da literatura. O trabalho feito por essa linha de estudos possibilitou que muitas obras condenadas ao ostracismo fossem, nos dias de hoje, conhecidas pelo público leitor e estudadas no meio acadêmico – motivando pesquisas e novas edições de obras, conforme já colocado.

2.2 A teoria e crítica feminista

Nas últimas décadas, os estudos culturais aproximaram as contingências histórico-sociais daqueles segmentos marginalizados pelo sistema e pela cultura dominantes – não somente as mulheres, mas os negros, os homossexuais, etc. No entanto, ainda não foi dada resposta satisfatória ao problema, conforme apontado por Queiroz (2002). Segundo a autora, a crítica feminista das representações talvez tenha sido, dentro dos estudos culturais, quem mais abordou teoricamente uma problematização da noção de gênero na literatura, “com a inescapável aliança entre o sujeito real mulher que subscreve, seja a autoria da obra, seja a encenação de personagens femininos” (QUEIROZ, 2002, p. 65).

Segundo Zinani (2012), a crítica feminista desenvolveu-se com maior precisão somente na segunda metade do século XX, e deu-se basicamente em duas linhas:

[...] uma visa ao resgate de obras escritas por mulheres e que, no decorrer do tempo, foram relegadas ao ostracismo; a outra tem por meta fazer uma releitura de obras literárias, independentemente da autoria, considerando a experiência da mulher, ou seja, procura detectar, através do estilo, da temática e das diferentes vozes do texto, a relevância da voz feminina e os traços de patriarcalismo que perpassam a obra (ZINANI, 2012, p. 407).

Pode-se dizer que uma linha aborda a mulher enquanto escritora e a outra enquanto leitora. É o que também afirma Elaine Showalter em *A Crítica Feminista no Território Selvagem* (1994). Segundo a autora, a primeira das formas de crítica feminista é ideológica e

[...] diz respeito à feminista como leitora e oferece leituras feministas de textos que levam em consideração as imagens e estereótipos das mulheres na literatura, as omissões e falsos juízos sobre as mulheres na crítica, e a mulher signo nos sistemas semióticos (SHOWALTER, 1994, p. 26).

Já a segunda forma consiste no estudo da mulher como escritora, abordando “a história, os estilos, os temas, os gêneros e as estruturas dos escritos de mulheres; a psicodinâmica da criatividade feminina; a trajetória da carreira feminina individual ou coletiva; e a evolução e as leis de uma tradição literária de mulheres” (SHOWALTER, 1994,

p. 29). A esta forma a autora atribui o nome de “ginocrítica”. A ginocrítica é marcada pela “relação entre a escrita de autoria feminina e o posicionamento de suas respectivas escritoras” (SILVA, 2008, p. 87). Segundo Silva (2008), ela marca o segundo período da crítica feminista; o primeiro período teria iniciado na década de 1960, quando se procurou verificar a representação da mulher em obras escritas por homens, e o terceiro e último/atual período – a partir de 1980 - “ênfaticamente as questões referentes ao gênero, bem como as relações de poder e repressão” (SILVA, 2008, p. 87).

Para Zinani (2012), o resgate e a análise das autoras silenciadas pela história possibilitaram redimensionar os parâmetros de inclusão do cânone. Ou seja: a crítica literária feminista contribuiu para a discussão da historiografia das obras canônicas, uma vez que levantou “questões sobre o apagamento de autoras cuja produção apresentava qualidade estética suficiente para referendar sua inclusão nessa categoria” (ZINANI, 2012, p. 414). Conforme Schmidt (2002), a questão do resgate das autoras esquecidas teve início a partir do “transplante” da teoria feminista anglo-americana – neste caso, a teoria proposta por Elaine Showalter, já mencionada - para o contexto brasileiro. Showalter, a partir de suas pesquisas sobre a tradição literária inglesa, propõe as categorias do feminino, feminista e feminil (ou fêmea)¹⁰⁵ no que diz respeito à produção literária de mulheres em momentos diversos. Ao se tentar aplicar essas categorias às diferentes fases da produção literária de autoria feminina no Brasil, depara-se com um absoluto desconhecimento do evoluir de tal produção, ou mesmo do existir desta. É a partir de então que a crítica feminista brasileira é marcada por uma “virada historiográfica”. Em outras palavras,

[...] o resgate da autoria feminina através da recuperação e visibilidade de obras excluídas da literatura formal e marginalizadas pela historiografia literária. Tal resgate da voz e presença das mulheres escritoras no período pós-independência, a preocupação com a representatividade e representações de e por mulheres nas redes sociopolíticas e culturais do século XIX, os debates sobre configurações do cânone e o poder dos críticos em lhe conferir legitimidade têm sido, inquestionavelmente, o grande investimento da crítica feminista, a qual emerge como uma das formas vitais de intervenção na construção nacional/cultural das subjetividades, na medida em que coloca em questão as determinações ideológicas dos códigos interpretativos e de valor que autorizaram a atividade literária como um privilégio de homens letrados (SCHMIDT, 2002, p. 109).

Apesar do espaço que a crítica feminista vem conquistando nas últimas décadas, ela ainda enfrenta grande resistência. Schmidt (2002) afirma que, mesmo reconhecida por Jonathan Culler, um dos maiores críticos contemporâneos, “como o movimento crítico que mais impacto tem tido na história literária e como uma das mais poderosas forças de

¹⁰⁵Segundo Showalter, “feminina” corresponderia à fase de imitação da escrita masculina; “feminista”, à fase de protesto; e “feminil” à fase da autorrealização (DUARTE, 1987).

renovação na crítica contemporânea” (SCHMIDT, 2002, p. 107), a crítica feminista, tal qual aconteceu e acontece com muitas escritoras, é posta à margem. Segundo a autora

[...] fora do circuito de suas praticantes, ainda é estigmatizada como mais um modelo estrangeiro ou bandeira de moda, chegando a ser desqualificada por força de interpretações equivocadas do politicamente correto norte-americano e da conexão automática que é feita entre essas interpretações e uma ideia vaga, para não dizer falaciosa, do que seja crítica feminista (SCHMIDT, 2002, p. 107).

Ainda assim, a crítica feminista conseguiu, nos departamentos literários, conquistar alguns espaços e produzir um pensamento crítico em relação ao saber literário institucionalizado, bem como em relação aos seus preconceitos, resistências e contradições (SCHMIDT, 2002). E foi a conquista de tais espaços que possibilitou a realização deste trabalho, bem como a análise crítica de livros didáticos, conforme será tratado a seguir.

3 A autoria feminina nos livros didáticos

Como objeto de análise deste trabalho, foram escolhidos os livros das três coleções mais distribuídas no país do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2015, referente ao componente curricular “Português” do Ensino Médio. São essas coleções: *Português: Linguagens*, de autoria de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, da editora Saraiva, *Novas Palavras*, de autoria de Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antônio, da editora FTD e *Português: Contexto, Interlocução e Sentido*, de autoria de Maria Luiza M. Abaurre, Maria Bernardete M. Abaurre e Marcela Pontara, da editora Moderna, respectivamente, primeira, segunda e terceira coleção mais distribuída. Elas incluem, além de Língua Portuguesa, os conteúdos de Literatura para os anos que constituem o Ensino Médio e estão divididas em três volumes – um para cada ano. Nessas obras foi observado como é abordada a literatura de autoria feminina, quais são as autoras citadas, se há presença de seus textos, dentre outros aspectos relevantes.

Ao todo, 54 diferentes escritoras foram identificadas nos nove livros didáticos. Dessas, porém, apenas 16 aparecem em mais de um dos volumes. A coleção em que há maior presença de escritoras é *Português Linguagens* – 36 autoras no total. Em *Novas Palavras* são 33 e *Português: Contexto, Interlocução e Sentido*, 24 – esta última, curiosamente, é a única das três coleções que tem exclusivamente mulheres como autoras e é também aquela em que há menos escritoras presentes. Clarice Lispector foi a autora com maior presença: foram encontrados estudos sobre a autora ou trechos de suas obras em todos os nove volumes analisados. Em segundo lugar, Cecília Meireles, presente em seis livros. Mas, como foi

possível analisar, a frequência repetida de uma escritora não é sinônimo de que sua obra foi abordada com profundidade. É o caso, por exemplo, de Ana Miranda; a autora foi encontrada em quatro dos livros, mas apenas citada na maior parte das vezes. Também presente em quatro dos livros analisados estão Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles, Hilda Hilst e Marina Colasanti.

Schmidt (1995), afirma que até da década de 1970, somente as escritoras Rachel de Queiroz, Clarice Lispector e Cecília Meireles tinham recebido o devido reconhecimento da crítica. Apesar da afirmação referir-se aos anos 70, poderia ser utilizada para os dias de hoje. Além das três escritoras mencionadas, há um número ínfimo de autoras que têm suas obras estudadas com a devida atenção; muitas sequer são lembradas, como é o caso das escritoras do período colonial, estudadas por Batista (2011). Ainda, confirma-se o que declara essa autora: “A respeito da produção feminina na Literatura Brasileira, no Período Colonial, nada se tem encontrado nos livros didáticos utilizados no Ensino Médio” (BATISTA, 2012, p. 804). Cabe aqui a observação de que este - ou os demais aqui colocados - não é um parecer absoluto e definitivo sobre essas questões, mas, dentro da proposta do presente trabalho, uma análise qualitativa de obras significativas que, mesmo reconhecidas suas limitações, confirma a hipótese colocada na introdução deste trabalho: ainda hoje acontece o apagamento da literatura de autoria feminina da história da literatura, e uma de suas formas é o tratamento omissivo dado a essa nos livros didáticos.

Júlia Lopes de Almeida e Francisca Júlia, a título de exemplo, mesmo sendo referências no que diz respeito à escrita feminina, não constam nos livros didáticos: com exceção de um dos nove volumes em que é citada Francisca Júlia, essas autoras não são estudadas nos livros analisados. Não se pretende entrar na discussão sobre a qualidade literária dessas; independentemente disto, ambas são marcos históricos em nossa literatura e, assim como tantas outras escritoras, acabaram fadadas ao esquecimento por uma crítica e por uma historiografia que, ainda hoje, entende a autoria feminina como algo menor. Cabe ainda apontar que somente em um dos livros analisados - *Português: Linguagens*, v. 3 – acontece uma problematização acerca da presença da mulher na literatura:

Rachel de Queiroz na prosa e Cecília Meireles na poesia foram as primeiras mulheres a conquistar reconhecimento na literatura brasileira, sendo Rachel a primeira mulher a fazer parte da Academia Brasileira de Letras. O prestígio das mulheres como escritoras, entretanto, só seria definitivamente conquistado a partir da década de 1940, com o sucesso de Clarice Lispector e Lygia Fagundes Telles. Hoje, além dessas, nossas letras contam com muitos outros nomes femininos, como Adélia Prado, Lya Luft, Zélia Gattai. Outras mulheres aguardam ser ‘redescobertas’ pela crítica e pelo público, como ocorreu recentemente com Patrícia Galvão, a Pagu. Nessa situação se encontram, por exemplo, Henriqueta Lisboa, Adalgisa (esposa de

Ismael Nery) e a escritora comunista Eneida (CEREJA; MAGALHÃES, 2013, v. 3, p. 268).

Se por um lado é extremamente acertada a colocação sobre a presença da mulher na literatura brasileira, por outro lado talvez se tenha desperdiçado a oportunidade de apresentar com mais profundidade essas autoras que esperam ser “redescobertas”. Ainda assim, reitero, é o único livro a trazer essa questão. O número daquelas das escritoras que se repetem e, especialmente, daquelas que são de fato estudadas – não apenas citadas – é baixíssimo: apenas sete (Agustina Bessa-Luís, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Florbela Espanca, Lygia Fagundes Telles, Rachel de Queiroz e Sophia de Mello Breyner Andresen), considerando os nove volumes analisados – e, é importante ressaltar, dessas sete, três não pertencem à literatura brasileira (Agustina Bessa-Luís, Florbela Espanca e Sophia de Mello Breyner Andresen). Cabe também observar que todas essas sete escritoras são do século XX, o que vai ao encontro da afirmação de Muzart (2000), mencionada anteriormente neste trabalho: a literatura escrita por mulheres anterior ao século XX foi excluída do cânone literário. Enquadra-se nessa lógica a já citada Maria Firmina dos Reis, tida por alguns autores como a primeira romancista brasileira, mas ignorada nos livros didáticos – Reis não está presente em nenhuma das obras analisadas.

Conforme o discutido até aqui, confirma-se o que é assinalado por diversos estudos utilizados nesta pesquisa: somente escritoras do século XX recebem o devido reconhecimento. Porém, isso acontece somente em parte; mesmo grandes escritoras desse século são pouco estudadas ou estudadas com certa negligência, como é o caso, por exemplo, de Nélida Piñon e Adélia Prado. Temos ainda o caso, também a título de exemplo, de Lygia Fagundes Telles que, mesmo estando dentre as autoras mais presentes, é abordada com pouco cuidado, quando não apenas citada. Se em alguns casos coloca-se a questão estética em segundo plano, devido a todo contexto restrito e limitador das escritoras – conforme já exposto neste trabalho - aqui ela não é válida como argumento: a qualidade literária de Telles é inquestionável. Logo, a presença pouco significativa daquela que é considerada uma das maiores escritoras da literatura brasileira encontra justificativa apenas no fato de que as obras de autoria feminina ainda hoje são menosprezadas e preteridas àquelas escritas por homens.

Se analisarmos a situação de autoras, mesmo do século XX, para as quais é dado menor destaque, o cenário é ainda pior. Um exemplo disso são as “escritoras de grande qualidade” (Núbia Marques, Rachel Jardim, Lupe Garaude, Myriam Fraga, Heloísa Maranhão e Edla von Steen) apontadas anteriormente por Gândara (2002): nenhuma delas surge nos livros analisados. Outro dado importante é que, dentre aquelas sete escritoras mais estudadas,

praticamente inexistem mulheres oriundas de classes sociais menos privilegiadas, não brancas ou homossexuais. Ainda que os estudos culturais muito venham contribuindo para trazer à luz os escritos de tais “minorias”, conforme já discutido neste trabalho, a resposta dada ainda não é satisfatória, como fica aqui comprovado.

Por fim, cabe recuperar que, se as histórias da literatura têm papel fundamental na construção do cânone, da legitimação ou não de obras literárias (SCHMIDT, 2008), o sistema de ensino, do qual participa o livro didático, cumpre a função de legitimação cultural, estabelecendo o que vale ou não ser transmitido aos estudantes (BOURDIEU, 1982) que, é sabido, têm um dos seus únicos - se não o único - contatos com a literatura durante o período escolar. É sabido também que o livro didático é apenas um suporte em sala de aula, mas ainda assim assume importante função no trabalho do professor e no aprendizado dos alunos.

4 Considerações finais

A crítica feminista que se propõe resgatar a literatura escrita por mulheres, vale ressaltar, foi aquela adotada para a análise crítica proposta por este trabalho. Assim, a pesquisa propôs investigar de que forma as escritoras são apresentadas, ou não, na história literária do Brasil (SILVA, 2009) presente nos livros didáticos. Com o exame desses livros, ainda, pretendeu-se avaliar até que ponto se confirmam, ou não, as situações apontadas na contextualização que antecedeu a análise realizada.

Os livros didáticos, mesmo sendo publicações recentes, não escapam de reproduzir um modelo tradicional de história literária. Continua-se, ainda, a narrar uma história em que somente Rachel de Queiroz, Clarice Lispector e Cecília Meireles merecem destaque. Essa abordagem confirma o postulado por Lemaire (1994): apresentam-se apenas os casos excepcionais da escrita feminina, pois num espaço forjado por homens não é dado acesso a mulheres “normais”.

Considerando-se a importância do ensino na formação não só leitora, mas cultural dos indivíduos, é expressivo o papel do livro didático tanto nessa formação quanto na legitimação do que deve ou não - e, conseqüentemente, do que tem valor ou não - ser transmitido aos alunos. Observando isso, é ainda mais crítico constatar que a presença da autoria feminina dos séculos XVIII e XIX, origem da escrita de mulheres no Brasil, é praticamente nula. E que, mesmo as autoras do século XX, surgem majoritariamente de forma pouco significativa, superficial. Ainda, não se observa - com apenas uma exceção - nenhum tipo de problematização a respeito da ausência ou do baixo número de escritoras: retomando

um dos questionamentos feitos por Duarte: “Se [...] não vemos escritoras, isto apenas significa que elas nunca existiram?” (DUARTE, 1987, p. 16). Sem a devida reflexão, a resposta a esta pergunta será apenas um categórico “sim, elas não existiram”.

O número total de escritoras registradas, 54, pode parecer alto. Porém, se considerarmos que grande parte das obras analisadas propunha-se a abarcar a produção literária no Brasil desde a chegada dos portugueses, esse valor fica pequeno. Ainda, volto a insistir no número de escritoras de fato estudadas, que ultrapassem uma simples menção: menos de 10. Por consequência, pode-se afirmar que este número, ínfimo, é o que corresponde à quantidade de autoras brasileiras que os livros didáticos consideram como dignas de serem com zelo estudadas.

Nestas páginas, reitero, não se pretendeu uma análise exaustiva ou definitiva da questão, considerando-se, principalmente, a pequena amostra de livros didáticos analisados. Além disso, há de se considerar o trabalho crescente que vem sendo feito no sentido de reverter a ausência das escritoras na história literária – do qual já resultaram algumas publicações e certamente ainda resultarão tantas mais. Dentre ela, dou especial destaque para *Escritoras brasileiras no século XIX*, de Zahidé Lupinacci Muzart, anteriormente citada nesta pesquisa. Essas obras podem servir de fonte para futuras edições de livros didáticos e, quem sabe, mudar essa realidade.

Isso posto, pode-se afirmar que a literatura feminina ainda permanece à margem, seja pelo pequeno número de escritoras de fato estudadas, seja pela ausência de autoras de séculos mais distantes. Nos dias de hoje, uma mulher escrevendo ainda representa uma transgressão. A crítica feminista, também marginalizada em muitos espaços, cumpre um importante papel de resistência e luta pela recuperação de nomes esquecidos ou pouco valorizados. Numa sociedade, ainda no século XXI, patriarcal e machista, esse é um trabalho que requer persistência, coragem e convicção de que o futuro pode ser diferente.

Referências

ABAURRE, Maria Luiza M. ABAURRE, Maria Bernardete M. PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2013. 3 v.

AMARAL, Emília. FERREIRA, Mauro. LEITE, Ricardo. ANTÔNIO, Severino. **Novas palavras**. 2 ed. São Paulo: FTD, 2005. 3 v.

BATISTA, Edilene Ribeiro. A produção literária feminina

brasileira nos séculos XVII e XVIII. In: SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 14.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 5., 2011, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: Universidade de Brasília, 2011. p. 801-811. Disponível em: <http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/anais/wp-content/uploads/2012/01/edilene_ribeiro.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução Sergio Miceli et al. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Coleções mais distribuídas por componente curricular – Português**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

CEREJA, William Roberto. MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Português: Linguagens**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 3 v. v. 2.

_____. _____. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 3 v. v.1, 3.

CORREIA, Janaína Santos. Maria Firmina dos Reis: uma contribuição para a escrita da história das mulheres e dos afrodescendentes do Brasil. **Feminismos**, Salvador, v.1, n.3, set./dez. 2013. Disponível em: <www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/download/27/7>. Acesso em: 22 ago. 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. **Iberic@I: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines**, Paris, n. 2, 2012, p. 13-18. Disponível em: <<http://iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2012/03/Iberical-Numero-2.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

DUARTE, Contância Lima. Literatura feminina e crítica literária. **Travessia**, Florianópolis, n. 21, 1990. p. 15-23. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17198/15769>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

_____. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003, p. 151-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010>. Acesso em: 30 mai. 2016.

GÂNDARA, Paula. O sexo do verbo?... In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (Org.). **Gênero e representação na Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras Estudos Literários: UFMG, 2002. p. 43-57.

FREITAS, Zilda de Oliveira. Literatura de autoria feminina: identidade, memória e linguagem no Quarto de Despejo. **Seara**, Salvador, v. 1, 2010. Disponível em: <http://www.seara.uneb.br/sumario/arquivos_pdf/zildafreitas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

JÚLIA Lopes de Almeida. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. São Paulo: Itaú Cultural, [2007?]. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa443758/julia-lobes-de-almeida>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

LEMAIRE, Ria. Repensando a história literária. Tradução Heloisa Buarque de Hollanda. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-71.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). **Escritoras brasileiras no século XIX: antologia**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 3 v.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A ascensão das mulheres no romance. In: ARRUDA, Aline Alves et al. **A escritura no feminino: aproximações**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

QUEIROZ, Vera. Pactos do viver e do escrever: Ana Cristina César. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (Org.). **Gênero e representação na Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras Estudos Literários: UFMG, 2002. p. 64-69.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). **Rompendo o silêncio: Gênero e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1995. p. 182-189.

_____. A crítica feminista na mira da crítica. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 42, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7462>>. Acesso em: 4 out. 2016.

_____. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 32, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2003/1582>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. Tradução Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.

SILVA, Jacicarla Souza da. **Vozes femininas da poesia latino-americana: Cecília e as poetisas uruguaias**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3vj9m/pdf/silva-9788579830327-04.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SILVA, Jacicarla Souza da. Panorama da crítica feminista: tendências e perspectivas. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 4, n. 1, 2008, p. 84-103. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/100/488>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

XAVIER, Elódia. A hora e a vez da autoria feminina: de Clarice Lispector a Lya Luft. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; BEZERRA, Kátia da Costa (Org.). **Gênero e representação na Literatura Brasileira**. Belo Horizonte: Pós-graduação em Letras Estudos Literários: UFMG, 2002. p. 157-166.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 9., 2012, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Edipucrs, 2012. p. 407-415. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

THE (NO) PRESENCE OF FEMININE AUTHORSHIP LITERATURE IN THE TEXTBOOKS OF HIGH SCHOOL

Abstract

This work aims to analyze in which way the feminine authorship literature is approached in the textbooks of “Portuguese” curricular component – that also cover the study of literature – from High School, in specific in the books of the three most distributed collections in the country from the Guide of Textbook National Program (Guia do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD) 2015. Aiming to contextualize this analysis, it was done a research of bibliographic approach about the woman as a writer, about the presence of feminine authorship in the history of the Brazilian literature and finally about the feminist criticism. The hypothesis of this research is that the phenomenon – broadly studied – of the erasure of literature produced by women of the Brazilian literary history still manifests nowadays, in several ways. One of them would be the little space reserved to the feminine writing inside the literary history traced in the textbooks. The hypothesis is confirmed in the end of the analysis, since that only a tiny number of writers received, in the analyzed books, some type of study that surpasses the mere mention of their names.

Keywords

Feminine authorship. Textbook. Feminist Criticism. History of Brazilian Literature.

Recebido em: 20/06/2018
Aprovado em: 13/09/2018